Revista Ceuma Perspectivas

https://doi.org/10.24863/rcp.v42i2.712

Revista Ceuma Perspectivas 2026 42(2) 83-92

Versão on-line ISSN: 2525-5576

Curricularização da Extensão no Serviço Social EaD: Práticas que consolidam a Formação Crítica

Curricularization of Extension in Online Social Work Education: Practices that Consolidate Critical Training

Erica Vanessa Ramos Costa[1]; Rosiley Garros Marreira[2]

RESUMO: A curricularização da extensão no ensino superior brasileiro representa um marco na consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018. Essa normativa determina que todos os cursos de graduação destinem 10% de sua carga horária a atividades extensionistas, promovendo maior aproximação entre universidade e sociedade. No curso de Serviço Social, especialmente na modalidade de Ensino a Distância (EAD), essa exigência ganha relevância ao articular teoria e prática, fortalecendo a formação crítica e cidadã dos estudantes. O artigo analisa práticas exitosas de curricularização da extensão no Serviço Social EAD, destacando experiências que integram conteúdos acadêmicos às demandas sociais. A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso, permitindo compreender fundamentos conceituais e impactos concretos das ações. Entre as práticas relatadas, sobressaem os Projetos Interdisciplinares, nos quais os alunos elaboram cartilhas sobre movimentos sociais, realizam diagnósticos socioeconômicos em comunidades e desenvolvem projetos de intervenção. Essas atividades estimulam competências como planejamento, pesquisa, sistematização de informações e análise crítica da realidade social. Os resultados evidenciam benefícios como maior engajamento estudantil, aproximação com comunidades e fortalecimento da identidade profissional. Contudo, revelam também desafios, como exclusão digital, logística das atividades presenciais nos polos e necessidade de acompanhamento docente constante. A comparação com experiências presenciais mostra que, embora o EAD amplie o alcance e democratize o acesso, exige inovação metodológica para garantir efetividade. Conclui-se que a curricularização da extensão no Serviço Social EAD reafirma o compromisso ético-político da profissão.

Palavras-chave: Práticas Extensionistas; Formação Profissional; Ensino Superior; Extensão Universitária.

ABSTRACT: The curricularization of extension in Brazilian higher education represents a milestone in consolidating the inseparability of teaching, research, and extension, as established in the 1988 Federal Constitution and reinforced by Resolution CNE/CES nº 7/2018. This regulation requires all undergraduate programs to allocate 10% of their workload to extension activities, fostering closer ties between universities and society. In Social Work programs, especially in the Distance Learning (EAD) modality, this requirement gains relevance by linking theory and practice, strengthening students' critical and civic education. The article analyzes successful practices of extension curricularization in Social Work EAD, highlighting experiences that integrate academic content with social demands. The methodology combines literature review, documentary analysis, and case study, enabling an understanding of both conceptual foundations and concrete impacts of the initiatives. Among the practices reported, Interdisciplinary Projects stand out, in which students prepare booklets on social movements, conduct socioeconomic diagnoses in communities, and develop intervention projects. These activities foster skills such as planning, research, information systematization, and critical analysis of social reality. The results show benefits such as greater student engagement, closer interaction with communities, and reinforcement of professional identity. However, challenges also emerge, including digital exclusion, logistics of in-person activities at learning centers, and the need for constant faculty supervision. Comparison with face-to-face experiences indicates that, although EAD expands reach and democratizes access, it requires methodological innovation to ensure effectiveness. It is concluded that

Este artigo é publicado em acesso aberto e está disponível sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

[1] Curso de Serviço Social da Universidade CEUMA, e-mail: ericavanessaramoscosta@gmail.com

[2] Coordenação de Educação a Distância da Universidade CEUMA, e-mail: rosileyufma@hotmail.com

extension curricularization in Social Work EAD reaffirms the ethical-political commitment of the profession.

Keywords: Extension Practices; Profissional Training; Higher Education;University Extension.

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão no ensino superior brasileiro constitui uma das mais relevantes transformações recentes na política educacional, orientada pelas diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE). A partir da Meta 12.7 do PNE 2014-2024 e da Resolução CNE/CES nº 7/2018, tornou-se obrigatória a inserção de atividades extensionistas nos currículos de graduação, garantindo que ao menos 10% da carga horária dos cursos seja destinada a práticas que articulem ensino, pesquisa e extensão. Essa medida buscou consolidar a indissociabilidade entre os pilares acadêmicos e fortalecer o compromisso social das universidades, aproximando o conhecimento científico das demandas concretas da sociedade e reafirmando o papel da educação superior como instrumento de transformação social.

No curso de Serviço Social, a curricularização da extensão assume papel estratégico, pois possibilita a integração entre teoria e prática, superando perspectivas assistencialistas e reafirmando o caráter ético-político da profissão. A modalidade de Ensino a Distância (EaD), em especial, apresenta potencialidades e desafios singulares: ao mesmo tempo em que democratiza o acesso à formação superior, alcançando regiões antes invisibilizadas, enfrenta barreiras como a exclusão digital, a carência de infraestrutura tecnológica e a necessidade de garantir qualidade e efetividade nas ações presenciais realizadas nos polos de apoio. Nesse cenário, a extensão se torna um espaço privilegiado para que os estudantes vivenciem a realidade social, desenvolvam competências críticas, ampliem sua capacidade de análise e consolidem sua identidade profissional.

Além disso, a curricularização da extensão no EaD exige inovação metodológica, com estratégias que favoreçam a participação ativa dos discentes, a articulação com movimentos sociais e a construção coletiva de saberes. Projetos interdisciplinares, oficinas comunitárias, diagnósticos socioeconômicos e ações de intervenção social são exemplos de práticas que fortalecem a formação cidadã e crítica, ao mesmo tempo em que aproximam a universidade das demandas locais. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar práticas exitosas de curricularização da extensão no curso de Serviço Social ofertado na modalidade EaD, em uma instituição particular do município de São Luís, MA. Busca-se compreender como tais experiências contribuem para a formação crítica e cidadã dos discentes, articulando saberes acadêmicos e populares, e reafirmando o compromisso da universidade com a transformação social.

REFERENCIAL TEÓRICO

A extensão universitária no Brasil começou formalmente com o Estatuto das Universidades de 1931 (Decreto n.º 19.851/1931) (Brasil, 1931). Conforme Gadotti (2017, p. 1) esse decreto não menciona a extensão como um a função da universidade, limitando-se a divulgação de estudos voltados para uma população instruída. Ao contrário, o documento previu a realização de cursos e conferências, considerando-se conhecimentos leis para pessoas e para a sociedade, mas também "a oferta de soluções para os compromissos sociais e a disseminação de ideias e valores de interesse nacional, como diz os autores Bezerra, Sousa e Colares (2022, p. 5).

A partir das décadas de 1950 e 1960, ocorre um movimento contrário ao que era estabelecido pelo Estatuto das universidades em 1931, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, quando a extensão começa a ser compreendida no contexto de sua relação inseparável com o ensino e a pesquisa, quando emergem ações dedicadas "com as classes populares, [...] seus direitos" (Gadotti, 2017, p. 1; ABEPSS, 2021). Conforme Gadotti, o engajamento social da Universidade foi despertado pela influência de movimentos sociais, a exemplo da atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Movimento de Cultura Popular (MCP) e dos Centros Populares de Cultura (CPC), o Movimento de Educação de Base e o papel de Paulo Freire (Gadotti, 2017; ABEPSS, 2021).

A Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/1968) consolidou a integração entre ensino e pesquisa durante a ditadura militar, mas manteve a extensão sob uma abordagem técnica e difusionista, com foco na qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho (Jimenez et al., 2023). A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é estabelecida pela Constituição Federal de 1988 (Art. 207), que coloca a extensão no mesmo nível dos outros pilares acadêmicos (Brasil, 1988) e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei n.º 9.394/1996, reforça o compromisso constitucional em relação a educação superior e determina a extensão universitária como um dos propósitos da universidade (Brasil, 1996), contudo não considerou os fundamentos e métodos de execução (Jimenez et al., 2023).

O conceito de curricularização (ou creditação) foi fortalecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) pela Lei nº 10.172/2001 (Brasil, 2001), que definiu como meta que 10% da carga horária total dos cursos fosse destinada a atividades extensionistas, embora sem uma aplicação prática imediata. Somente com o PNE 2014-2024 (Meta 12.7) (Brasil, 2014) e a subsequente Resolução CNE/CES nº 7/2018 é que a extensão passou a ser um componente curricular obrigatório, impondo que todos os cursos de graduação reservem 10% de seus créditos para programas e projetos de extensão (Brasil, 2018).

No curso de Serviço Social, a extensão é entendida como uma integração entre teoria e prática, superando perspectivas assistencialistas, conforme Fontenele (2024). A formação profissional proposta pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) defende uma comunicação ampla emancipadora, baseada no diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular (ABEPSS, 2021). Nesse contexto, o ensino oferece a fundamentação teórica, enquanto a extensão atua diretamente nas manifestações da questão social, possibilitando que o aluno experiencie as necessidades da sociedade de maneira ética e política.

Entretanto, a materialização desse tripé acadêmico encontra contornos específicos na modalidade de Ensino a Distância (EAD). Sob a égide da ResoluçÉo n.º 7/2018 (Brasil, 2018), a legislação brasileira estabelece que as atividades extensionistas devem ocorrer de forma presencial, prioritariamente nos polos de apoio aos quais o discente está vinculado. Essa exigência normativa evidencia uma dualidade entre potencialidades e desafios estruturais:

Potencialidades: O EAD atua como um vetor de democratização do ensino, rompendo barreiras geográficas e levando o conhecimento universitário a regiões remotas. Através de metodologias inovadoras e ferramentas digitais, a universidade consegue capilarizar seus projetos, alcançando territórios antes invisibilizados.

Desafios: Em contrapartida, a implementação esbarra na persistente exclusão digital que afeta justamente as populações em situação de vulnerabilidade — o público preferencial do Serviço Social. Essa barreira tecnológica exige que as instituições repensem suas estratégias de campo para além do virtual. Soma-se a isso a complexidade logística de monitorar e avaliar a efetividade das ações presenciais capilarizadas nos diversos polos, garantindo que a qualidade da intervenção profissional não seja fragmentada pela distância.

METODOLOGIA

O artigo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, análise documental relato de experiência. A pesquisa bibliográfica permitiu contextualizar teoricamente o tema, identificando conceitos, abordagens e discussões presentes na literatura especializada. Para Andrade (2010): a pesquisa bibliográfica constitui uma competência essencial nos cursos de graduação, pois representa a etapa inicial de qualquer atividade acadêmica. Antes de realizar uma investigação em laboratório ou em campo, é indispensável a consulta prévia às fontes bibliográficas. Trabalhos como seminários, painéis, debates, resenhas críticas e monografias também dependem desse tipo de pesquisa. Ela se mostra obrigatória em estudos exploratórios, na definição do tema de um trabalho, no desenvolvimento da discussão, na elaboração de citações e na apresentação das conclusões. Assim, embora nem todos os estudantes venham a realizar pesquisas laboratoriais ou de campo, é certo que todos, sem exceção, precisarão recorrer à pesquisa bibliográfica para atender às diferentes demandas acadêmicas que lhes são propostas

A análise documental foi utilizada para examinar registros institucionais, relatórios e materiais produzidos no âmbito das práticas de extensão, possibilitando compreender sua estrutura e objetivos. Os documentos foram sistematicamente organizados e categorizados de acordo com seus objetivos e conteúdos, permitindo identificar padrões, estratégias e resultados alcançados. A leitura crítica buscou compreender não apenas a estrutura formal das práticas extensionistas, mas também os princípios pedagógicos que as orientam e os impactos gerados na formação discente. O processo incluiu a comparação entre diferentes tipos de registros, como relatórios de coordenação, produções acadêmicas dos estudantes e registros de participação comunitária. Essa triangulação possibilitou uma visão abrangente das ações, destacando tanto os aspectos conceituais quanto os desafios enfrentados na execução. Assim, a análise documental não se limitou à descrição dos materiais, mas funcionou como instrumento de interpretação crítica, permitindo relacionar os fundamentos teóricos da curricularização da extensão com sua materialização prática no contexto do Ensino a Distância.

Segundo Marconi e Lakatos (2019), a pesquisa documental caracteriza-se por tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, considerados fontes primárias, que podem ter sido produzidos no momento em que o fato ocorreu ou posteriormente. Foram definidos como documentos alvos da análise: o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade CEUMA; os planos de ensino das disciplinas Projeto Interdisciplinar I, Projeto Interdisciplinar IV e Projeto Interdisciplinar V do curso de Serviço Social da Universidade CEUMA; os produtos construídos nas referidas disciplinas entre os anos de 2024 e 2025: cartilhas, diagnóstico socioeconômico e projeto de intervenção; e os relatórios produzidos pelos alunos ao final de cada disciplina aqui citada. No total 25 alunos produziram os referidos materiais

Já o relato de experiência, ofereceu uma perspectiva aprofundada sobre experiências concretas, permitindo observar a aplicação prática das ações e seus resultados. O relato de experiência é uma modalidade de produção científica que tem como finalidade descrever, analisar e refletir criticamente sobre uma prática profissional, pedagógica, extensionista ou interventiva vivenciada por um ou mais autores em determinado contexto institucional ou social. Diferentemente de pesquisas experimentais ou estudos empíricos tradicionais, o foco do relato de experiência está na experiência concreta vivida, interpretada a luz de referenciais teóricos e científicos.

A utilização do relato de experiência como recurso objetiva transformar a prática em conhecimento científico a partir da sistematização de informações, rigor acadêmico e fundamentação teórica, superando a mera descriçÉo dos fatos. Assim, o relato de experiência articulou a vivência prática com a reflexão crítica, contribuindo para o avanço do conhecimento. Daltro e Faria (2019) destacam que o relato de experiência pode ser compreendido como uma narrativa científica, especialmente relevante nas ciências humanas, pois legitima a experiência como fenômeno produtor de conhecimento.

A escolha dessa abordagem metodológica se justifica pela necessidade de articular teoria e prática, integrando o conhecimento acadêmico as experiências reais de intervenção social. Essa combinação favorece uma análise crítica e contextualizada, capaz de revelar tanto os fundamentos conceituais quanto os impactos concretos das práticas estudadas. O relato dá-se em uma instituição privada do município de São Luís, MA. As práticas exitosas foram selecionadas a partir de experiências institucionais reconhecidas, relatos de docentes envolvidos em projetos de extensão e iniciativas integradas ao currículo. Os critérios de escolha consideraram a relevância social das ações, sua coerência com os objetivos formativos do curso e os resultados observáveis em termos de transformação comunitária e fortalecimento da formação profissional.

RELATO DE EXPERIÊNCIA E DISCUSSÃO

A curricularização da extensão no Serviço Social ofertado na modalidade a distância tem se afirmado como uma estratégia fundamental para articular teoria e prática, garantindo uma formação crítica e cidadã. Essa integração ocorre por meio de projetos interdisciplinares que aproximam os estudantes das realidades sociais e comunitárias. A matriz que acampa as disciplinas do curso foi pensada para atender as exigências

da Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018 que preconiza a curricularização da extensão a ser incorporada

e implementada nos cursos de graduação até 2022. O curso de Serviço Social no formato EaD surge em 2023 na referida instituição de ensino particular, já dispondo que uma organização didático pedagógica que contempla a referida resolução. Entre os anos de 2023 e 2026, houve a modificação da matriz curricular do curso com vistas a otimizar e potencializar os conteúdos referentes a extensão. De início foram estabelecidas 5 disciplinas com carga horária de 60h semestrais para contemplar as 300 horas de atividades de extensão. Com o acúmulo de experiências, as disciplinas de extensão foram reorganizadas em 3 disciplinas de 100h cada.

Neste relato, destacam-se em três disciplinas extensionistas: Projeto Interdisciplinar I, Projeto Interdisciplinar IV e Projeto Interdisciplinar V, cujas atividades articulam conteúdos teóricos e práticas interventivas, fortalecendo a formação profissional. No Projeto Interdisciplinar I, os alunos elaboram uma cartilha educativa sobre um movimento social escolhido coletivamente pela turma. Essa atividade está articulada a disciplina Estado, Sociedade e Movimentos Sociais, cujo objetivo é discutir teorias dos movimentos sociais e analisar experiências concretas no contexto brasileiro. Tal integração favorece a aplicação prática dos conteúdos estudados e estimula a produção de materiais educativos acessíveis as comunidades.

Essa forma de execução da disciplina, serve como ferramenta de exercício da pesquisa, sistematização de informações e produção de materiais acessíveis as comunidades. Antes da construção da cartilha um plano de trabalho é elaborado pelos alunos, onde há a exposição do passo a passo a ser executado para a construção da cartilha, bem como o público-alvo da cartilha. Entende- se que a definição do público-alvo é crucial para a definição da linguagem e composição gráfica da cartilha. Os alunos também realizaram a entrega da cartilha para o público-alvo e fizeram o registro da entrega com fotografia, com a anuência dos sujeitos. Esse registro compõe parte do relatório final que o aluno produz e expõe em forma de texto o aprendizado adquirido. Todos esses processos são pensados e executados pelos alunos com a orientação da professora da disciplina.

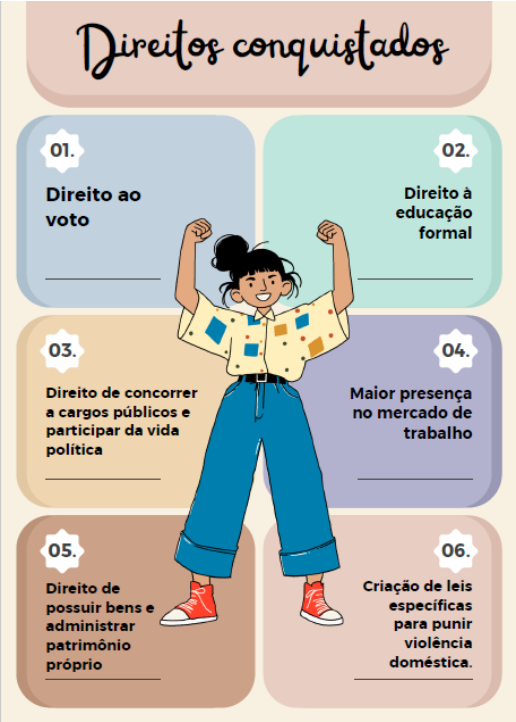
Além da promover a pesquisa e a sistematização de informações, essa prática desenvolve a capacidade de planejamento, competência essencial a formação do assistente social. No contexto acadêmico e profissional, planejar significa antecipar cenários, definir objetivos, estabelecer estratégias e prever recursos para alcançar resultados concretos. No Serviço Social, essa competência é ainda mais relevante, o planejamento permite que o assistente social atue de forma crítica e intencional, evitando improvisações e garantindo que suas intervenções estejam alinhadas aos princípios ético-políticos da profissão. Além disso, o ato de planejar desenvolve autonomia intelectual, capacidade de análise e responsabilidade social, pois exige reflexão sobre o contexto, as demandas e os impactos das ações. Como exemplo de produção de cartilhas nós temos:

Figura 1: Anverso da Cartilha sobre o Movimento Feminista.



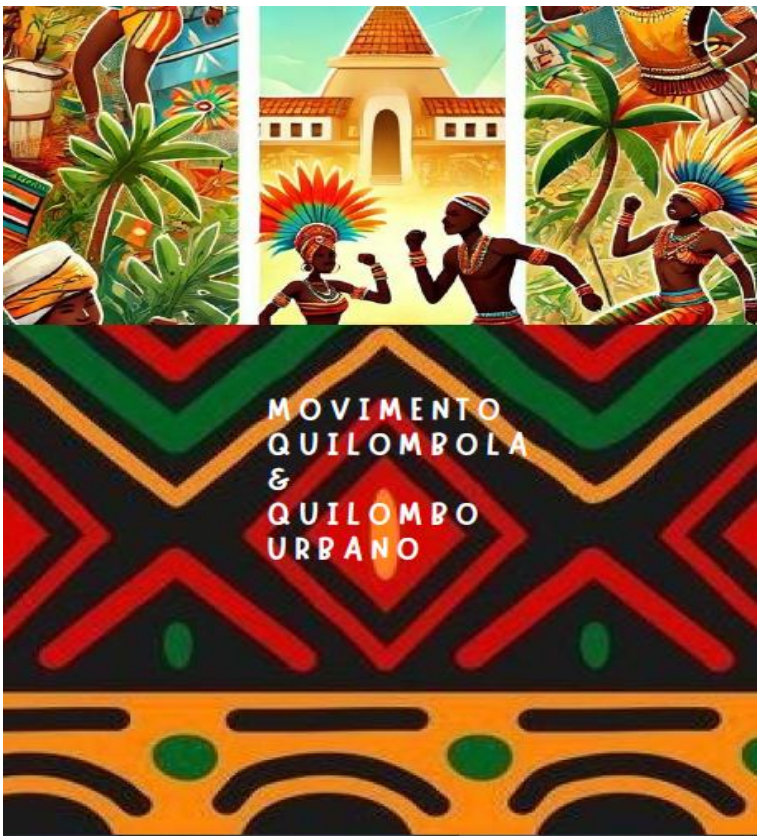
Fonte: Produção acadêmica de alunos da disciplina de Projeto Interdisciplinar I.

Figura 2: Verso da Cartilha sobre o Movimento Feminista.



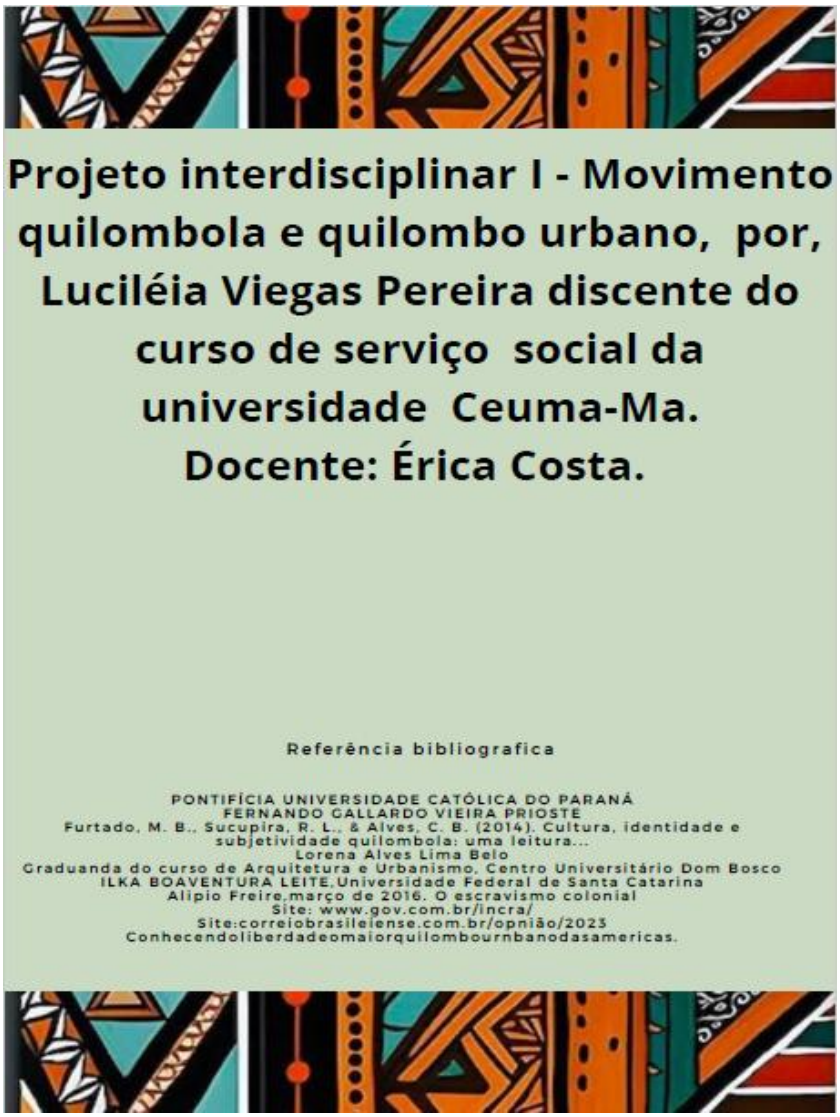
Fonte: Produção acadêmica de alunos da disciplina de Projeto Interdisciplinar I em 2025.

Figura 3: Capa de Cartilha sobre Movimento Social Quilombola.



Fonte: Produção acadêmica de alunos da disciplina de Projeto Interdisciplinar I em 2024.

Figura 4: Contracapa de Cartilha sobre Movimento Social Quilombola.



Fonte: produção acadêmica de alunos da disciplina de Projeto Interdisciplinar I em 2024.

Em cursos EAD, o planejamento também ajuda o estudante a organizar o tempo, priorizar tarefas e manter o foco, favorecendo o aprendizado ativo e colaborativo. Assim, aprender a planejar não é apenas uma habilidade técnica, mas um exercício de consciência e compromisso com a transformação social.

Em Projeto Interdisciplinar IV, os alunos desenvolveram um diagnóstico socioeconômico, aplicando referenciais teóricos a análise de contextos concretos e fortalecendo a capacidade de leitura crítica da realidade. Seguindo a formataçÉo dos projetos interdisciplinares anteriores, os alunos devem partir da produção de um plano de trabalho discente. Entretanto, o produto a ser construído é um diagnóstico socioeconômico de uma comunidade, território ou instituiçÉo a ser definido pelo discente com a orientação e supervisão da professora da disciplina.

O diagnóstico socioeconômico é uma pesquisa aprofundada sobre as características de um grupo social, combinando dados quantitativos e qualitativos para entender sua estrutura, dinâmica e contexto. No contexto do Serviço Social, o diagnóstico socioeconômico é uma ferramenta essencial para compreender as condições de vida das populações atendidas; subsidiar o planejamento de intervenções e políticas sociais; fortalecer a formaçÉo crítica dos estudantes, ao articular teoria e prática na análise da realidade social. Possui como objetivo principal oferecer uma visão ampla e fundamentada das condições de vida, trabalho, renda, educação, saúde e acesso a serviços, permitindo planejar ações de desenvolvimento ou intervençÉo social. Esse diagnóstico deve ser construído em parceria com a comunidade alvo. O relatório do diagnóstico deve ser entregue a liderança comunitária ou institucional.

Por fim, no Projeto Interdisciplinar V, os alunos construíram um projeto de intervenção em Serviço Social, consolidando competências metodológicas e reafirmando o compromisso ético-político da profissão. Nesta disciplina, os alunos sÉo orientados a resgatar o diagnóstico socioeconômico que foi construído no semestre anterior para, a partir dele, construir um projeto de intervenção. O projeto é uma ação pontual e delimitada, com metas claras, cronograma definido e público-alvo específico. Ele é o instrumento mais operacional, voltado para a execução direta de ações concretas. Nogueira (2009) destaca que os projetos devem ser coerentes com os programas e planos, garantindo a compatibilidade interna e externa das ações.

O trabalho do assistente social não se limita a intervenção direta com indivíduos e grupos. Ele também é chamado a desempenhar funções de gestão em diferentes espaços socioinstitucionais, o que exige competências específicas relacionadas ao planejamento, coordenação, execução e avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Essa dimensão da prática profissional, embora muitas vezes invisibilizada, é parte constitutiva da atuação do Serviço Social.

Segundo Benevides (2023, p. 32), "muitos profissionais ainda não reconhecem a gestão como atividade inerente ao trabalho, o que revela lacunas na formação acadêmica e na compreensão da profissão". Essa constatação aponta para a necessidade de ampliar o debate sobre a gestão como campo de intervenção do assistente social, reforçando sua relevância na construção de respostas as demandas sociais. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) já preveem a gestão como competência profissional, ao estabelecer que o assistente social deve ser capaz de "planejar, executar e avaliar políticas sociais, programas e projetos, em diferentes níveis de intervenção". Além disso, a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão, inclui entre as atribuições do assistente social a participação em processos de gestão, reafirmando o caráter institucional e estratégico dessa atividade. A gestão, no Serviço Social, deve ser compreendida como uma prática que articula conhecimento técnico-operativo, análise crítica da realidade e compromisso ético-político. Ela envolve desde o planejamento estratégico de ações até a coordenação de equipes, a mediaçÉo de conflitos institucionais e a avaliação de impactos sociais.

Nesse sentido, a gestão realizada pelo assistente social não pode ser reduzida a uma prática burocrática ou meramente administrativa. Ela deve ser compreendida como uma atividade político-ética, orientada pelos princípios do projeto profissional crítico, que busca a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a democratizaçÉo das políticas públicas. Como destaca Iamamoto (2007, p. 67), "o Serviço Social é uma profissão que se insere nas relações sociais, mediando interesses contraditórios e atuando na formulação e implementação de políticas sociais".

Os instrumentos citados acima são fundamentais para a prática profissional do assistente social, pois permitem: planejar intervenções de forma sistemática e contextualizada; articular ações com políticas públicas e demandas sociais; avaliar resultados e impactos das ações sociais; e, fortalecer a gestÉo democrática e participativa. Como destaca Draibe (2008 p. 30), "o planejamento social é uma prática intencional e instrumental, que exige da profissional capacidade de análise crítica e domínio técnico".

CONCLUSÃO

As experiências extensionistas relatadas demonstram que o uso de tecnologias digitais, como fóruns, plataformas colaborativas e videoconferências, pode promover interação comunitária e diálogo, mesmo na modalidade a distância. Os resultados evidenciam ganhos sociais e acadêmicos: comunidades recebem materiais e diagnósticos úteis, enquanto os estudantes ampliam sua consciência crítica e identidade profissional.

Entre os benefícios observados, destacam-se o maior engajamento estudantil, a aproximação com comunidades e o fortalecimento da identidade profissional. Entretanto, também se identificam desafios, como a necessidade de acompanhamento docente contínuo, as limitações logísticas de atividades virtuais e a complexidade de avaliar o impacto social em ambientes digitais. Assim, a curricularização da extensão no Serviço Social EAD reafirma o papel da formação crítica e cidadã, consolidando o compromisso da profissão com a transformação social em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Comissão Temporária de Trabalho. Documento preliminar acerca da Curricularização da Extensão. Brasília, DF: Comissão Temporária de Trabalho, 2021 Disponível em: https://www.abepss.org.br/20210608_documento-preliminar-curricularizacao-da-extensao.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

ANDRADE, M. M. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. SÉo Paulo, SP: Atlas, 2010.

BENEVIDES, G. O. Gestão e trabalho no Serviço Social: os processos de gestão no trabalho das/os assistentes sociais. Tese de Doutorado, UNESP, 2023.

BEZERRA, A. N. S; SOUSA, F. M. L; COLARES, A. A. A curricularização da extensão na formação docente: aproximações e contradições para uma práxis transformadora. Revista Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1–22, dez. 2022. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20879. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 128/2022. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/CF(1).pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal/ Coordenação de Edições Técnicas, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. ResoluçÉo nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na EducaçÉo Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 19, n. 1, 2019.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Cortez 1993.

FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 27, e97067, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/97067. Acesso em: 17 abr. 2026.

GADOTTI, M. ExtensÉo Universitária: Para quê? São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire. org/ExtensÉo_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

IAMAMOTO, M. V. (2007). Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questÉo social. São Paulo: Cortez, 2007.

JIMENEZ, M. O; et al. A extensÉo e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularizaçÉo da extensÉo. Revista EducaçÉo: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, v. 33, n. 66, 2023. Disponível

em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educaçÉo/article/view/15304/12646. Acesso em: 17 abr. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. SÉo Paulo: Atlas, 2019.

UNIVERSIDADE CEUMA. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social a distância. São Luís: Universidade CEUMA, 2022.

_____. Plano de Ensino da disciplina Projeto Interdisciplinar I. São Luís: Universidade CEUMA, s.d.

_____. Plano de Ensino da disciplina Projeto Interdisciplinar IV. São Luís: Universidade CEUMA, s.d.

_____. Plano de Ensino da disciplina Projeto Interdisciplinar V. São Luís: Universidade CEUMA, s.d.